

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.205 - TO (2019/0160310-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS - TO
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : JOÃO PAULO FERREIRA DOS SANTOS

DECISÃO

O JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS suscita conflito de competência diante do **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS – TO**.

Conforme relatado pelo suscitante, "em 16.06.2014, na cidade de Paraíso do Tocantins/TO, João Paulo Ferreira dos Santos obteve vantagem ilícita em prejuízo de [...], com a qual manteve relacionamento amoroso, induzindo a Caixa Econômica Federal a erro mediante artifício e ardil, tendo em vista que, ao se aproveitar do fato de que tinha a posse do cartão bancário da vítima e era conhecedor de sua senha, contraiu empréstimos em seu nome, sem qualquer autorização" (fl. 1).

Além disso, consta no referido relato: "nas datas de 03.08.2014, 18.08.2014 e 23.08.2014, ameaçou de morte [...], sendo certo que, nas três ocasiões, a vítima teria negado se aproximar do suposto autor do fato, cobrando explicações pelo empréstimo contraído em seu nome" (fl. 1).

O Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Paraíso do Tocantins – TO declinou da competência porque, em sua ótica, o delito também haveria sido praticado em detrimento de uma das Empresas Públicas da União, o que atrairia a competência Federal.

O Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, por sua vez, suscitou este conflito de competência, com o seguinte fundamento: "por estarem envolvidos fatos atinentes às esferas patrimoniais de dois particulares, outrora conviventes, este juízo firmou entendimento de que não se deduz de tal circunstância qualquer prejuízo a bens, serviços ou interesses da União Federal, de suas autarquias ou

Superior Tribunal de Justiça

empresas públicas, consoante preconiza o art. 109, inciso IV, da Constituição Federal, a atrair a competência deste Juízo Federal" (fl. 2).

Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal, às fls. 69-72, pelo conhecimento do conflito para que seja declarado competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Paraíso do Tocantins – TO.

Decido.

Com razão o Juízo suscitante. Segundo a orientação desta Corte, nos casos em que há fraude, caracterizada pela utilização de algum artifício que possibilite ludibriar o sistema informatizado de proteção de valores existente na Caixa Econômica, "invariavelmente, haveria, também, prejuízo da instituição bancária na medida em que, sendo ela a responsável pela implementação de mecanismos de proteção dos valores e bens sob sua guarda, será dela o ônus de arcar com o prejuízo advindo de eventual falha em tais mecanismos" (CC n. 149.752/PI, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 1/2/2017).

Na hipótese dos autos, contudo, o acusado se utilizou do prévio conhecimento da senha da vítima, em decorrência de relação amorosa vivida com ela, para que pudesse ter acesso a sua conta bancária. Vale dizer, não houve fraude no sistema de proteção da instituição financeira, na medida em que a senha era de prévio conhecimento do réu, cedida voluntariamente pela ofendida.

Como destacou o suscitante, "infere-se que o saque perpetrado, que motivara a denúncia pelo crime de estelionato, fora validamente firmado em nome da vítima, pendendo de apuração se os valores apontados foram ou não destinados para a sua esfera patrimonial, ou se foram sacados mediante sua aquiescência" (fl. 46).

Logo, estou de acordo com o Ministério Público Federal, quando afirma: "[o] caso não se enquadra nas hipóteses do art. 109, IV, da CF. Não há nos fatos apurados comprovação de lesão direta e específica a bens, serviços ou interesses da Caixa Econômica Federal (empresa públicas)" (fl. 72).

À vista do exposto, conheço do conflito e declaro competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Paraíso do Tocantins – TO, ora suscitado.

Publique-se. Dê-se ciência aos Juízos suscitante e suscitado.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

